

# PETIÇÃO INTERMEDIÁRIA TRABALHISTA

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DA \_\_\_\_ VARA DO TRABALHO DE

\_\_\_\_\_

PROCESSO Nº: \_\_\_\_\_

RECLAMANTE: \_\_\_\_\_

RECLAMADA: \_\_\_\_\_

## I – DOS FATOS

O Reclamante ajuizou ação trabalhista em face da Reclamada, conforme processo em epígrafe, visando a tutela dos seus direitos laborais.

No curso do processo, surgiram fatos e documentos novos que autorizam a propositura da presente petição intermediária para inclusão de novos pedidos e provas.

## II – DA NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL

Requer-se a realização de perícia técnica para apuração das horas extras efetivamente trabalhadas, inclusive em sobrejornada, considerando os intervalos não concedidos e os adicionais legais devidos.

## III – DA INCLUSÃO DE NOVOS PEDIDOS

**Em razão das provas ora colacionadas e fatos supervenientes, o Reclamante requer a inclusão dos seguintes pedidos:**

1. Pagamento de horas extras não quitadas, com os respectivos reflexos em férias + 1/3, 13º salário, FGTS e demais verbas trabalhistas;
2. Reconhecimento e pagamento do adicional de insalubridade no grau máximo durante todo o contrato de trabalho;
3. Indenização por danos morais decorrentes de assédio moral sofrido no ambiente laboral;
4. Correção e atualização monetária dos valores devidos, conforme índices oficiais;
5. Honorários advocatícios sucumbenciais, na forma do artigo 791-A da CLT.

## IV – DA JUNTADA DE DOCUMENTOS

**Anexamos a esta petição os seguintes documentos novos, que comprovam os fatos alegados e reforçam os pedidos:**

- Contracheques complementares;
- Laudo técnico preliminar;



Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/peticao-intermediaria/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.  
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.  
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.